

Este documento sistematiza debates, ações prioritárias e propostas para a agenda de cidades resilientes nas Amazônias. Ele foi produzido em parceria com a iniciativa Amazônia +21 e o Laboratório da Cidade e integra a Rota 26-30, iniciativa conduzida pela Uma Concertação pela Amazônia em 2026. O material serve como referência para que a nossa Rede contribua com ações prioritárias para orientar decisões do setor público e do setor privado nos próximos cinco anos.

Cidades Resilientes - Prioridades para as Amazônias



“As cidades amazônicas cresceram ali às margens dos rios; são envolvidas pela floresta e muitas vezes são desconectadas dela. Eu quis representar uma cidade praticamente suspensa, como um fragmento dessas cidades. Na superfície, vemos o crescimento urbano, que é construções, movimentos, expansão. Mas abaixo existem camadas invisíveis, que são o solo, os fluxos da água, os rios soterrados, as memórias dos territórios, os lençóis freáticos. Essa obra fala sobre a grande tensão que há nessas cidades, sobre estar dentro da floresta, mas não necessariamente em relação a ela. Ao mesmo tempo, ela também é um retrato de afeto, porque as cidades amazônicas são feitas de pessoas e de encontros; a cultura é muito viva. Existe uma mistura muito potente, tipo tacacá com hip-hop, tecnobrega com arte contemporânea, os barcos com os carros, as palafitas e os prédios. Realmente é um território em constante movimento.”

Mas junto dessa potência existem urgências, que são o acesso à água limpa, a recuperação dos rios e dos igrapés. E pensar que o lixo não é apenas um problema, como até hoje a gente tem tratado, mas sim parte de um ciclo, parte de um processo que pode ser a solução de algumas coisas, como a combustão para energia. Então, na obra há essa dualidade: uma cidade que cresce, mas que carrega essas marcas nas suas bases.

Esta obra é sobre imaginar cidades que não se separem da floresta, mas que cresçam com ela. Assim como as cidades têm crescido com a floresta, mesmo que em certo ponto desconectadas, eu acho que, a partir da conversa com os ribeirinhos, conversa com pessoas indígenas, lideranças, que participem de tomadas de decisão, isso pode trazer essa conexão de volta, como tem trazido. A gente já tem visto aqui na cidade como que a gente se aproximar da nossa cultura, saber e ser consciente do valor da floresta; a gente consegue trazer projetos para a nossa cidade que favoreçam essa conversa entre florestas e cidades.” (Hadna Abreu, 2026)

As cidades concentram população, serviços e atividades econômicas, desempenhando papel central na organização social e no desenvolvimento territorial. Ao mesmo tempo, são os espaços onde se acumulam riscos associados à urbanização acelerada, à precariedade habitacional e à insuficiência de infraestrutura básica. Em um cenário de mudanças climáticas, essas fragilidades tornam os sistemas urbanos cada vez mais expostos a eventos climáticos extremos, exigindo ações capazes de reduzir vulnerabilidades estruturais e fortalecer a resiliência das cidades.

Nas Amazônias, esses desafios assumem contornos particularmente críticos. A região abriga cerca de 28 milhões de habitantes distribuídos em 772 municípios, com uma taxa de urbanização de 78,4%, resultado de um processo de crescimento urbano acelerado nas últimas décadas (IBGE, 2022¹). Esse processo ocorreu frequentemente sem a correspondente expansão da infraestrutura urbana, produzindo déficits persistentes em saneamento, drenagem e gestão de resíduos sólidos.

O saneamento básico constitui um dos pilares da organização urbana e da saúde pública, articulando abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais. No entanto, a infraestrutura de saneamento nas Amazônias permanece muito aquém das necessidades da população. Em 2023, apenas 29,5% dos domicílios da Amazônia Legal dispunham de saneamento básico adequado, proporção significativamente inferior à média nacional (SNIS, 2025²).

Esse déficit amplia a vulnerabilidade das cidades amazônicas diante dos impactos das mudanças climáticas. A região registrou 4.792 eventos climáticos extremos entre 2000 e 2022, afetando aproximadamente 1,8 milhão de pessoas por ano e gerando prejuízos econômicos

¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Panorama do Censo 2022 - indicadores**. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=1>>. Acesso em: 23 fev 2026.

² SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO -SNIS. **Relatório dos Serviços de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas - 2024**. 2025b. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/sinisa/resultados-sinisa/resultados-sinisa-2025>>. Acesso em 04 fev 2026.

estimados em US\$ 650 milhões anuais (ESTEVES, 2025³). Cheias, secas e ondas de calor pressionam sistemas urbanos já fragilizados, intensificando os riscos à saúde, a insegurança hídrica e as desigualdades socioespaciais.

Nesse cenário, a universalização do saneamento básico emerge como uma estratégia estruturante para fortalecer a resiliência urbana nas Amazônias, especialmente entre grupos sociais historicamente vulneráveis. Expandir o acesso à água potável, ao tratamento de esgoto, à gestão adequada de resíduos e à drenagem urbana é condição fundamental para realizar direitos humanos universais, prevenir doenças e melhorar a qualidade de vida na região. Contudo, alcançar as metas estabelecidas pelo [Marco Legal do Saneamento](#) – acesso à água potável para 99% da população e coleta e tratamento de esgoto para 90% até 2033 – exige enfrentar barreiras institucionais, financeiras e territoriais que limitam a expansão desses serviços.

Destruar a universalização do saneamento nas cidades amazônicas depende da articulação de três dimensões estruturais: fortalecimento institucional e regulatório, ampliação de instrumentos financeiros e desenvolvimento de soluções territoriais adaptadas às especificidades da região. Esses desafios exigem respostas coordenadas entre diferentes níveis de governo, além da mobilização de investimentos públicos e privados e da adaptação de tecnologias às especificidades da região.

Pontos de atenção

- Concentração de pessoas e déficit histórico de infraestrutura de saneamento nas cidades amazônicas;
- Fragmentação institucional e ausência de planejamento integrado no setor;
- Limitações fiscais, financeiras e de recursos humanos dos municípios para expandir os serviços;
- Dificuldades para atrair operadores privados em territórios com baixa atratividade econômica;
- Vulnerabilidade crescente das cidades amazônicas a eventos climáticos extremos;
- Expansão urbana desordenada, favelização acelerada e ocupação de áreas de risco;
- Inadequação das tecnologias convencionais de implementação às especificidades geográficas da Amazônia;
- Pressão crescente sobre sistemas de abastecimento de água, drenagem urbana e gestão de resíduos;
- Necessidade de integrar ações de saneamento, planejamento urbano e adaptação climática.

³ ESTEVES, Bernardo. Clima extremo na Amazônia já afeta 1,8 milhão de pessoas por ano e gera prejuízo bilionário, mostra pesquisa inédita. G1, 13 nov. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2025/11/13/clima-extremo-na-amazonia-ja-afeta-18-milhao-de-pessoas-por-ano-e-gera-prejuizo-bilionario-mostra-pesquisa-inedita.ghtml>. Acesso em: 25 fev. 2026.

Ações prioritárias para universalizar o saneamento básico (abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem pluvial) nas cidades amazônicas

Ação 1. Fortalecer governança e capacidades institucionais conexas ao saneamento básico nas cidades amazônicas;

Ação 2. Estruturar instrumentos financeiros e orçamentários para viabilizar a universalização do saneamento nas cidades amazônicas;

Ação 3. Desenvolver soluções de saneamento adaptadas à geografia das cidades amazônicas

Ação 1 – Fortalecer governança e capacidades institucionais do saneamento nas cidades amazônicas

A universalização do saneamento nas cidades amazônicas depende, em grande medida, da capacidade institucional dos municípios e da existência de arranjos de governança capazes de coordenar planejamento, financiamento e implementação das políticas públicas do setor. A região apresenta forte heterogeneidade institucional, marcada pela predominância de municípios de pequeno porte, estruturas administrativas limitadas e dificuldades para implementar projetos de infraestrutura urbana de grande escala.

Apesar da centralidade do saneamento para a saúde pública, a adaptação climática e a qualidade de vida urbana, muitos municípios ainda enfrentam dificuldades para elaborar planos atualizados de saneamento, estruturar concessões ou acessar instrumentos de financiamento. Em vários casos, a ausência de capacidade técnica local impede que recursos disponíveis em programas federais ou em instituições financeiras sejam efetivamente mobilizados.

Ao mesmo tempo, a governança do setor permanece fragmentada entre diferentes níveis de governo e instituições, o que dificulta a coordenação de políticas públicas e a implementação de soluções regionais. A universalização do saneamento nas cidades amazônicas exige, portanto, fortalecer capacidades institucionais locais, ampliar mecanismos de cooperação interfederativa e consolidar estruturas regulatórias capazes de assegurar qualidade e transparência na prestação dos serviços.

Propostas

1.1 Fortalecer capacidades institucionais municipais para planejamento e implementação do saneamento

Grande parte dos municípios amazônicos enfrenta limitações técnicas e administrativas para estruturar projetos de saneamento e conduzir processos complexos de contratação, regulação e fiscalização dos serviços. Ampliar a capacidade institucional local é condição essencial para

viabilizar a expansão da infraestrutura e garantir sustentabilidade na prestação dos serviços. Isso implica, no mínimo, as seguintes medidas:

- Estruturar programas permanentes de assistência técnica e capacitação para municípios amazônicos, com foco na elaboração de projetos e gestão de contratos;
- Apoiar a elaboração e atualização de planos municipais e regionais de saneamento básico;
- Fortalecer a capacidade técnica de equipes municipais responsáveis pelo planejamento urbano e pela gestão de serviços públicos;
- Criar programas de formação continuada para gestores públicos no setor de saneamento.

1.2 Fortalecer arranjos de governança interfederativa para o saneamento

A escala territorial e a dispersão populacional da Amazônia dificultam a implementação de projetos em municípios isolados. Arranjos regionais e a cooperação interfederativa podem ampliar a escala, reduzir custos e viabilizar investimentos.

Nesse sentido, torna-se necessário:

- Estimular a formação de consórcios públicos e arranjos intermunicipais para saneamento;
- Fortalecer o papel dos estados como coordenadores de políticas regionais de saneamento;
- Integrar políticas de saneamento com instrumentos de planejamento urbano e territorial;
- Promover maior articulação entre municípios, estados e governo federal na estruturação de projetos.

1.3 Fortalecer estruturas regulatórias e mecanismos de controle social

A expansão dos serviços de saneamento exige marcos regulatórios robustos e instituições capazes de garantir transparência, qualidade dos serviços e proteção dos usuários.

Isso envolve:

- Fortalecer e capacitar agências reguladoras estaduais e regionais;
- Ampliar mecanismos de transparência e monitoramento da prestação dos serviços;
- Fortalecer conselhos municipais de saneamento e instâncias de participação e controle social;
- Desenvolver sistemas de monitoramento e avaliação da implementação das políticas de saneamento.

Ação 2 – Estruturar instrumentos financeiros e orçamentários para viabilizar a universalização do saneamento nas cidades amazônicas

A universalização do saneamento nas cidades amazônicas exige ampliar significativamente o volume de investimentos no setor e desenvolver instrumentos financeiros capazes de responder às especificidades territoriais e socioeconômicas da região. Grande parte dos

municípios amazônicos apresenta baixa capacidade fiscal, limitada arrecadação própria e dificuldades para acessar linhas de crédito destinadas à infraestrutura urbana.

Ao mesmo tempo, a estrutura de financiamento do setor ainda depende fortemente de recursos públicos federais e de operadores capazes de estruturar projetos em escala regional. Em muitos territórios amazônicos, a baixa densidade populacional, as grandes distâncias e a baixa renda da população reduzem a atratividade econômica para investimentos privados e exigem mecanismos complementares de financiamento público.

Torna-se assim necessário estruturar uma estratégia financeira capaz de combinar recursos públicos, investimentos privados e instrumentos financeiros inovadores, ao mesmo tempo em que se assegura que os investimentos sejam direcionados para os territórios com maiores déficits de saneamento.

Propostas

2.1 Ampliar a capacidade de estruturação de projetos de saneamento nos estados e municípios amazônicos

A expansão da infraestrutura de saneamento depende da existência de projetos estruturados, capazes de acessar recursos públicos e atrair investimentos privados. Muitos municípios amazônicos enfrentam dificuldades técnicas para desenvolver estudos de viabilidade, modelagens econômico-financeiras e projetos executivos.

Nesse sentido, é preciso fortalecer programas de apoio à estruturação de projetos, ampliando a assistência técnica a estados e municípios e fortalecendo o papel de instituições públicas na modelagem de concessões e parcerias público-privadas.

2.2 Promover modelos regionais de prestação de serviços e de financiamento

A regionalização da prestação de serviços constitui instrumento importante para ampliar escala, reduzir custos e viabilizar investimentos em municípios de pequeno porte. Modelos regionais podem permitir subsídios cruzados entre municípios e ampliar a viabilidade econômica dos projetos.

Dessa forma, torna-se fundamental estimular arranjos regionais que permitam integrar municípios em unidades de prestação de serviços, ampliando a escala dos investimentos e garantindo maior sustentabilidade econômica para os operadores.

2.3 Implementar mecanismos de regionalização e etiquetagem orçamentária para saneamento e resiliência urbana

A regionalização do orçamento público pode contribuir para direcionar investimentos em infraestrutura de saneamento para territórios com maiores déficits de serviços e maior

vulnerabilidade socioambiental. Esse instrumento permite incorporar diagnósticos territoriais ao planejamento e à execução orçamentária, reduzindo desigualdades regionais e garantindo maior eficiência na alocação de recursos públicos.

A adoção de mecanismos de etiquetagem orçamentária para saneamento e resiliência urbana também pode ampliar a transparência e rastreabilidade dos investimentos, além de facilitar a mobilização de financiamento climático internacional.

Isso significa:

- Integrar indicadores territoriais de vulnerabilidade socioambiental ao planejamento orçamentário municipal e estadual;
- Priorizar investimentos em saneamento em territórios com maiores déficits de infraestrutura urbana;
- Estruturar mecanismos de etiquetagem orçamentária para despesas relacionadas a saneamento e resiliência climática;
- Fortalecer a capacidade de monitoramento e avaliação dos investimentos públicos no setor;
- Alinhar planejamento orçamentário com as metas de universalização do saneamento previstas no marco legal do setor.

2.4 Mobilizar financiamento climático e instrumentos financeiros inovadores para infraestrutura urbana resiliente

Eventos climáticos extremos têm provocado impactos econômicos crescentes nas cidades amazônicas, ampliando a necessidade de investimentos em infraestrutura urbana resiliente. Os projetos de saneamento podem desempenhar papel central na adaptação climática, especialmente em áreas como drenagem urbana, gestão de resíduos e proteção de mananciais.

A mobilização de recursos provenientes de fundos climáticos internacionais e o desenvolvimento de instrumentos financeiros inovadores, como mecanismos de *blended finance*, podem ampliar a capacidade de financiamento da infraestrutura urbana e acelerar a universalização do saneamento na região.

Ação 3 – Desenvolver soluções de saneamento adaptadas à geografia das cidades amazônicas

A universalização do saneamento nas Amazônias exige soluções técnicas e institucionais adaptadas às características territoriais e socioambientais da região. Modelos convencionais de infraestrutura urbana frequentemente foram concebidos para contextos metropolitanos de alta densidade populacional e podem não responder adequadamente às dinâmicas urbanas amazônicas.

As cidades da região apresentam padrões urbanos distintos, marcados por expansão informal, ocupação de áreas de risco, proximidade com rios e igarapés e forte interação entre áreas urbanas, rurais e florestais. Além disso, muitas cidades convivem com limitações logísticas, dificuldades de acesso e elevados custos de implantação e manutenção de infraestrutura.

Propostas

3.1 Desenvolver soluções de saneamento adaptadas a territórios rurais, ribeirinhos e indígenas

Parcela significativa da população amazônica vive em territórios onde modelos tradicionais de infraestrutura de saneamento apresentam limitações técnicas ou econômicas. A universalização do acesso aos serviços exige desenvolver soluções diferenciadas para comunidades rurais, ribeirinhas e territórios indígenas, considerando suas características territoriais, culturais e ambientais.

3.2. Promover soluções baseadas na natureza para drenagem urbana e recuperação de corpos hídricos

Soluções baseadas na natureza podem desempenhar papel importante na adaptação climática das cidades amazônicas, contribuindo para reduzir riscos associados a cheias, melhorar a qualidade da água e recuperar ecossistemas urbanos degradados. Entre as possibilidades, podem ser destacadas:

- Integrar infraestrutura verde e azul aos sistemas de drenagem urbana;
- Promover recuperação de matas ciliares e áreas de proteção de mananciais;
- Restaurar igarapés e cursos d'água urbanos degradados;
- Incorporar soluções naturais em projetos de drenagem urbana e controle de enchentes;
- Integrar políticas de saneamento com estratégias de restauração ecológica e adaptação climática.

3.3 Estruturar arranjos regionais para a gestão de resíduos sólidos

A gestão de resíduos sólidos permanece como um dos maiores desafios das cidades amazônicas, especialmente em municípios de pequeno porte e em áreas com grandes distâncias logísticas. A implantação de infraestrutura individualizada em cada município frequentemente se mostra economicamente inviável.

Arranjos regionais podem permitir compartilhar infraestrutura, reduzir custos operacionais e ampliar a eficiência da gestão de resíduos. Podem ser adotadas as seguintes iniciativas:

- Estruturar consórcios intermunicipais para gestão de resíduos sólidos;
- Implantar infraestruturas regionais de tratamento e destinação final;
- Fortalecer cadeias locais de reciclagem e reaproveitamento de resíduos;

- Apoiar cooperativas e associações de catadores;
- Promover modelos logísticos adaptados às grandes distâncias e à dispersão territorial da região.